

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E ANGOLA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL AND ANGOLA: A
LITERATURE REVIEW

INTERNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL Y ANGOLA: UNA
REVISIÓN DE LITERATURA

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



Aleixo Muamununga

Universidade Católica de Pernambuco

Vera Felicetti

Universidade do Planalto Catarinense

Artigo recebido em: 09/07/2024

Aprovado em: 13/02/2025

Resumo: A presente pesquisa visou analisar como a internacionalização da Educação Superior é abordada em periódicos brasileiros e angolanos. A análise se baseia no levantamento de artigos publicados no Portal Pensador de Revistas Eletrônicas angolanas e no Google acadêmico. Dos 20 artigos selecionados, a metodologia predominante foi a qualitativa, utilizando a análise textual discursiva proposta por Moraes e Galiazzi (2020). Os resultados demonstram uma convergência nas conclusões, indicando a necessidade de uma abordagem mais estruturada e abrangente para a internacionalização nas instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O estudo evidencia a importância de políticas claras e de estratégias organizacionais eficazes, além da inclusão social e do enfrentamento de desafios como o racismo. A cooperação internacional equitativa, voltada para o desenvolvimento científico e social, é considerada essencial. Portanto, conclui-se que há uma carência de políticas institucionais eficientes para promover a internacionalização no Brasil.

Palavras-chave: Internacionalização da Educação Superior. Políticas Educacionais. Cooperação Internacional.

Abstract: This study aims to analyze how the internationalization of Higher Education (HE) is addressed in Brazilian and Angolan journals. The analysis is based on a survey of articles published in the Angolan electronic journal portal Pensador and in Google Scholar. Of the 20 articles selected, the predominant methodology was qualitative, using the discursive textual analysis proposed by Moraes and Galiazzi (2020). The results demonstrate a convergence in the conclusions, indicating the need for a more structured and comprehensive approach to internationalization in Brazilian Higher Education Institutions (HEIs). The study highlights the importance of clear policies and effective organizational strategies, as well as social inclusion and the addressing of challenges such as racism. Equitable international cooperation, focused on scientific and social development, is considered essential. Therefore, it is concluded that there is a lack of efficient institutional policies to promote internationalization in Brazil.

Keywords: Internationalization of Higher Education. Educational Policies. International Cooperation.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo analizar cómo se aborda la internacionalización de la Educación Superior (ES) en revistas brasileñas y angoleñas. El análisis se basa en un levantamiento de artículos publicados en el Portal Pensador de Revistas Electrónicas de Angola y en Google Scholar. De los 20 artículos seleccionados, la metodología predominante fue cualitativa, utilizando el análisis textual discursivo propuesto por Moraes y Galiazzi (2020). Los resultados demuestran una convergencia en las conclusiones, indicando la necesidad de un enfoque más estructurado y completo para la internacionalización en las Instituciones de Educación Superior (IES) brasileñas. El estudio destaca la importancia de políticas claras y estrategias organizacionales efectivas, además



de la inclusión social y el abordaje de desafíos como el racismo. Se considera esencial la cooperación internacional equitativa, orientada al desarrollo científico y social. Por lo tanto, se concluye que existe una falta de políticas institucionales eficientes para promover la internacionalización en Brasil.

Palabras clave: Internacionalización de la Educación Superior. Políticas Educativas. Cooperación Internacional.

INTRODUÇÃO

A internacionalização da Educação Superior é um fenômeno multifacetado que vem recebendo crescente atenção na literatura acadêmica. A esse campo de estudo se coaduna uma gama diversificada de conceitos teóricos, desde as interações entre universidade e conhecimento até questões mais específicas como globalização, internacionalização propriamente dita e transnacionalização. Bartell (2003) destaca três fases distintas nesse processo de internacionalização: a dimensão internacional, a educação internacional e a internacionalização da Educação Superior. Esta última emerge como um fenômeno estratégico após o período da Guerra Fria, relacionado às transformações globais e regionais das sociedades, segundo o autor supracitado.

No entanto, o conceito de internacionalização é permeado por complexidades e desafios que demandam análises mais aprofundadas. Segundo Felicetti e Veiga (2024, p. 16), “internacionalização e educação são dois conceitos que caminham juntos, seja direta ou indiretamente, o que é natural em um mundo interconectado e cada vez mais globalizado”. Nessa esteira, Green e Baer (2001) enfatizam a importância de estratégias que promovam a presença internacional no campus das universidades, colaborações em projetos de pesquisa e a integração de perspectivas globais nos currículos acadêmicos. Marginson e Rhoades (2002) complementam essa visão ao conceituarem a internacionalização como a globalização da Educação Superior, destacando também o surgimento do capitalismo acadêmico como uma tendência global marcada pela privatização crescente desse nível educacional.

Assim sendo, as pesquisas realizadas por universidades e suas subsequentes publicações, em periódicos locais e/ou internacionais, desempenham um papel crucial na internacionalização da educação superior, permitindo o compartilhamento de conhecimento e a projeção internacional das instituições. Conforme destacado por Silva et al. (2020), “a publicação em periódicos locais fortalece a visibilidade e o reconhecimento da pesquisa nacional”. Da mesma forma, Oliveira (2019) ressalta que “a internacionalização da educação superior é impulsionada pela disseminação do conhecimento produzido localmente”. Nesse contexto, a ênfase na publicação em periódicos locais se torna fundamental. Como argumentado por Sousa (2021), essa prática contribui para “ampliar o alcance da pesquisa angolana no cenário internacional”, especialmente em um contexto onde já existem muitos estudos sobre a internacionalização da educação superior no Brasil. Além disso, Santos (2018) destaca que “a publicação local promove uma identidade acadêmica única e fortalece a colaboração entre as instituições nacionais”.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar como a internacionalização da Educação Superior é abordada em periódicos brasileiros e angolanos, por meio do levantamento de artigos publicados no Portal Pensador de Revistas Eletrônicas Angolanas e no Google Acadêmico. O artigo está dividido em quatro seções. A primeira seção aborda o aporte teórico que fundamenta a investigação sobre a internacionalização da Educação Superior. Na segunda parte, descrevem-se os processos de coleta do corpus e de análise. Na terceira seção, são realizadas análises e discussões.



Por fim, na quarta seção, são apresentadas as considerações finais do estudo.

APORTE TEÓRICO

Neste ponto, aprofundaremos a discussão teórica sobre a Internacionalização da Educação Superior (IES), tomando como base as obras de autores renomados como Morosini (2006), Bahia (2015), Stallivieri (2017), Sousa (2019), Villalon (2016) e Haug (2016), que dedicam seus estudos a essa temática. Essa sólida base teórica nos permitirá analisar criticamente os resultados encontrados nos artigos coletados no Portal Pensador de Revistas Eletrônicas Angolanas e nas primeiras páginas do Google Acadêmico. Em contraste com a afirmação de Thiesen de que existe:

Muitos trabalhos dedicados a internacionalização da educação superior, os quais, em geral se dedicam a discutir, aspectos como concepções de internacionalização; importância acadêmica, política e econômica da internacionalização das universidades; relevância da internacionalização na/da pesquisa, demandas por mobilidade estudantil e de docentes; concepções e implicações da avaliação externa e de larga escala, demandam por resultados acadêmicos internacionais, benefícios em termos de perfil institucional e acadêmico, além de vários outros (Thiesen, 2021, p. 29).

Essa temática segue sendo objeto de debate acalorado no âmbito acadêmico, dada sua grande relevância para o desenvolvimento de pesquisas, intercâmbios internacionais, trocas de experiências interculturais e linguísticas, além do avanço da ciência. Por outro lado, a instrumentalização da internacionalização para fins político-econômicos, conforme alertam Lima e Arruda (2022), pode perpetuar a lógica hegemônica, reflexo da globalização do final do século passado. Diante disso, consideramos este estudo como uma contribuição valiosa que se soma às pesquisas prévias realizadas por outros estudiosos.

Atualmente, as instituições de ensino superior buscam, em seu funcionamento, dedicar atenção ao processo de internacionalização, em virtude dos benefícios que dele advêm, os quais vão desde a troca de culturas (e, por extensão, a aprendizagem de outras línguas) para os estudantes por meio do intercâmbio acadêmico, até as parcerias institucionais que podem resultar em programas e/ou currículos internacionalizados, ampliando as competências e habilidades da formação proporcionada nas instituições de ensino superior.

Conforme argumenta Knight (2020), o termo “Internacionalização” não é recente nem constitui novidade no debate contínuo sobre seu significado. Apesar de ter sido empregado por anos na ciência política e nas relações governamentais, sua popularidade no âmbito da educação só cresceu significativamente a partir do início da década de 1980. Antes desse período, expressões como “educação internacional” e “cooperação internacional” eram mais comuns e ainda mantêm sua preferência em alguns países. Isso corrobora a afirmação de Knight (2020, p. 45) de que “a dimensão internacional da educação superior está atuante há séculos por meio da cooperação acadêmica entre universidades e da mobilidade de docentes e conhecimentos pelo mundo todo”.

Neste sentido, conforme Morosini (2006), a internacionalização da Educação Superior se consolidou como um conceito complexo, abrangendo uma diversidade de termos interligados e distintas etapas de desenvolvimento. Inicialmente, caracterizou-se pela chamada dimensão internacional, predominante no século XX, que se configurava como uma fase mais incidental do que



organizada. Essa evolução a levou à fase da educação internacional, uma atividade sistematizada e prevalente nos Estados Unidos entre a Segunda Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria. Posteriormente, após a Guerra Fria, a internacionalização da Educação Superior adquiriu características de um processo estratégico vinculado à globalização e à regionalização das sociedades, impactando significativamente a área. Desse modo, conforme Lima e Arruda (2022, p. 4557), a internacionalização da Educação Superior se configurou “como uma possibilidade de construção de estratégias e modalidades para a universalização do conhecimento em escala global e demonstra como as universidades cooperam mutuamente nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão para a formação integral do ser humano”.

Embora o termo “internacionalização” tenha sido mencionado desde os anos 1990, a internacionalização da Educação Superior é comumente compreendida como um fenômeno recente, que permeia discursos, práticas e políticas em diferentes contextos educacionais nas últimas décadas. Seus efeitos são atualmente mais acentuados e visíveis em decorrência do neoliberalismo e do desinvestimento na educação pública, especialmente nesse nível de ensino, por parte do Estado (Santos, 2011).

Diante da compreensão da inevitabilidade da globalização, a internacionalização da Educação Superior surge como uma alternativa viável, materializada por meio de políticas e programas específicos, elaborados e implementados por governos e instituições com o objetivo de atender às demandas impostas pela globalização (Altbach, 2004). Nesse contexto, os cenários da Educação Superior buscam estratégias e abordagens que integrem a internacionalização, abrangendo tanto o âmbito local quanto o transfronteiriço (Knight, 2004). Em outras palavras, observa-se uma expansão das atividades internacionais nas universidades, impulsionadas tanto por indivíduos quanto por instituições que operam no ambiente acadêmico global (Altbach, 2004).

A articulação entre internacionalização e globalização ressalta que a qualidade da Educação Superior pode ser aprimorada pela integração de diversos parceiros internacionais e pela unificação de sistemas de educação e avaliação sob critérios comuns. Para Knight e Wit (1995), essa convergência se fundamenta na compreensão de que a expansão da mobilidade de pessoas e serviços pode garantir o desenvolvimento de habilidades internacionais e a qualidade dos serviços oferecidos, por meio da identificação e mensuração de competências globais. Em um mundo altamente interdependente e interconectado, o fluxo de pessoas, conhecimentos, competências, valores, inovação, economia, tecnologia e cultura disponibiliza recursos que a educação internacional deve aproveitar ao máximo (Knight; Wit, 1995).

Thiesen (2021, p. 109) afirma que “há enorme assimetria entre os participantes nas práticas de internacionalização no âmbito da Educação Superior, em face da forma como a distribuição de recursos e oportunidades se dá”. Compreende-se que existe um mundo além do domínio dos Estados Unidos, o qual contribui para a extensão da hegemonia global ao não apenas padronizar um único modelo de pesquisa e uma idealização de instituição, mas também se consolidar em um contexto global. A publicação acadêmica e os rankings mundiais, por exemplo, podem ser considerados como ferramentas que sustentam as estruturas hegemônicas; e o efeito de homogeneização resultante se manifesta na linguagem, particularmente no inglês (Marginson, 2008).

No contexto brasileiro, Morosini (2011) identifica, em suas pesquisas, dois modelos de cooperação internacional no âmbito da pós-graduação: o tradicional e o horizontal. Ao analisar



dados estatísticos de fontes como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a autora supracitada evidencia a predominância da cooperação tradicional, caracterizada por um modelo periférico de internacionalização da Educação Superior. Essa situação ocorre em decorrência da falta de distribuição equitativa do nível de internacionalização entre diferentes programas, instituições e países. Este modelo se diferencia do horizontal pelo fato de este último apresentar uma abordagem mais democrática e colaborativa, com foco no fortalecimento mútuo das instituições e no desenvolvimento conjunto de conhecimento. Paralelamente, Lima e Maranhão (2009) diferenciam entre internacionalização passiva e ativa, argumentando que esta última se encontra restrita a poucos países que se beneficiam dos aspectos hegemônicos da internacionalização no cenário global da Educação Superior, enquanto a primeira é prevalente em grande parte dos países semiperiféricos e periféricos da economia-mundo.

Os dados evidenciam a persistência do debate em torno da internacionalização da Educação Superior, impulsionando uma discussão mais ampla entre os acadêmicos. Ademais, esses resultados servem como guia para pesquisas futuras nesse campo, indicando áreas que demandam maior investigação e análise crítica. Dessa forma, contribuem significativamente para o avanço do conhecimento e da compreensão dos desafios e oportunidades relacionados à internacionalização da Educação Superior.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de natureza bibliográfica e caráter descritivo, traça um panorama da produção científica sobre a internacionalização da Educação Superior em Angola e no Brasil. Através da metodologia qualitativa, mergulhamos em um universo de textos para desvendar os caminhos percorridos por essa temática no contexto angolano e brasileiro. Nossa jornada investigativa se dividiu em duas etapas:

a) Portal Pensador de Revistas Eletrônicas Angolanas

No dia 1º de maio de 2024, realizamos uma busca por artigos utilizando a palavra-chave “internacionalização da Educação Superior”. Navegamos por seis revistas: Revista Angolana de Extensão Universitária, Revista Realidade Social, Revista Científica do Instituto Superior de Ciência da Educação da Huíla (ISCED), Revista Olhar Científico, Revista Tundavala e Revista Científica de Estudos Multidisciplinares. Entretanto, nossa busca nesse portal não encontrou artigos sobre a temática, o que revela que a internacionalização da Educação Superior ainda é um campo pouco explorado em Angola, ao menos no que diz respeito às publicações nas revistas presentes no Portal Pensador.

b) Google Acadêmico:

Na mesma data, expandimos nossa busca para o Google Acadêmico, utilizando a mesma palavra-chave “internacionalização da Educação Superior” e incluindo os 10 primeiros resultados da pesquisa. O Google Acadêmico nos presenteou com 30 artigos relacionados ao tema, publicados entre 2020 e 2023. Os anos de 2020 e 2021 se destacaram por um maior número de publicações,



enquanto 2022 apresentou o menor número.

Após uma análise minuciosa, selecionamos 20 artigos que se aprofundavam diretamente na internacionalização da Educação Superior no Brasil. Fragmentamos os textos em unidades menores, buscando identificar os segmentos que carregavam em si unidades de significado. Ao agrupar esses segmentos, emergiram três categorias de análise: Experiências das instituições de Educação Superior, Políticas de internacionalização da Educação Superior, e a Inclusão social nas instituições de Educação Superior, que passaremos a descrever a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

EXPERIÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

As experiências no contexto educacional, com destaque para as vividas na graduação, refletem na formação do estudante e no exercício de sua profissão após a graduação. Nessa perspectiva, o artigo de Neves e Barbosa (2020) analisa a experiência das Instituições de Educação Superior e das agências de fomento no Brasil com relação ao fenômeno da internacionalização. A metodologia aplicada pelas autoras foi a análise de documentos das principais agências e instituições envolvidas, com destaque para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), especialmente no que tange às políticas de internacionalização. Neves e Barbosa (2020) selecionaram documentos de registros institucionais, tanto nos níveis superiores da administração pública quanto no âmbito das universidades. As autoras concluem que a internacionalização do sistema de Educação Superior brasileiro ainda é incipiente e que as instituições apresentam baixa proatividade no desenvolvimento de políticas internas para recepção e aproveitamento das oportunidades oferecidas durante a graduação.

Diferentemente de Neves e Barbosa (2020), a pesquisa de Baranzeli, Morosini e Woicolesco (2020) teve como objetivo compreender como a experiência de estudantes brasileiros que realizaram mobilidade internacional foi aproveitada no contexto local de suas instituições de origem. Para alcançar esse objetivo, as autoras adotaram uma metodologia qualitativa, utilizando entrevistas com estudantes de instituições de ensino superior privadas. A análise dos dados foi realizada com base nos princípios da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2020). Os resultados do estudo de Baranzeli, Morosini e Woicolesco (2020) indicaram o interesse dos estudantes em compartilhar suas vivências e aplicar os conhecimentos e habilidades adquiridos em projetos diferenciados e interdisciplinares no Brasil. Além disso, as autoras observaram a falta de estratégias institucionais para a utilização das competências desenvolvidas pelos estudantes durante suas experiências de mobilidade.

Wassem e Ferreira (2020) analisaram como a internacionalização se configura nos documentos institucionais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O objetivo da pesquisa foi identificar quais conceitos, razões e estratégias eram previstos na política da instituição para a implementação da internacionalização. A metodologia utilizada na pesquisa de Wassem e Ferreira (2020) também foi qualitativa, assim como a de Baranzeli, Morosini e Woicolesco (2020). Os dados foram coletados por meio da análise documental, que posteriormente foi submetida à análise de conteúdo de Bardin (2004). A pesquisa revelou que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), criada em 1954, é considerada a principal instituição de ensino superior do estado do Espírito Santo. Desde 2012, a



UFES vem elaborando e implementando um planejamento estratégico com metas e ações voltadas à internacionalização, com o objetivo de melhorar a qualidade de seus programas de pós-graduação stricto sensu, buscando alcançar a excelência, medida pelos conceitos 6 e 7 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Entre as ações implementadas pela UFES para promover a internacionalização, estão a criação da Secretaria de Relações Internacionais (SRI), da Rede de Internacionalização da Educação do Espírito Santo (RIEES) e a elaboração de um projeto conjunto, com o envolvimento de nove programas de pós-graduação da instituição, no Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) da CAPES.

Haeffner, Zanotto e Guimarães (2021) também realizaram uma pesquisa sobre a internacionalização da universidade brasileira, com foco nos desafios e perspectivas na busca pelo padrão de universidade de classe mundial. O objetivo da pesquisa foi identificar as universidades e áreas do conhecimento com melhores perspectivas para a efetiva e exitosa cooperação internacional, além de recomendar um conjunto de ações para sanar deficiências nas universidades brasileiras. Diferentemente de Neves e Barbosa (2020), Baranzeli, Morosini e Woicolesco (2020) e Wassem e Ferreira (2020), que optaram por uma abordagem qualitativa em seus estudos, Haeffner, Zanotto e Guimarães (2021) realizaram uma pesquisa de abordagem mista de dados (qualitativa e quantitativa), utilizando estatística descritiva.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, Haeffner, Zanotto e Guimarães (2021) coletaram dados dos programas de pós-graduação stricto sensu (PPGs) por meio dos pesquisadores do Coleta CAPES, acessado na Plataforma Sucupira. Também extraíram informações do ranking de universidades referente ao ano de 2019 do Folha University Ranking (RUF), disponível no site [URL inválido removido]. No agrupamento dos PPGs por área científica, Haeffner, Zanotto e Guimarães (2021) consideraram a área de avaliação do programa, a descrição da área e as especificidades das áreas de concentração dos cursos, identificadas com subáreas científicas no seu artigo. Para o levantamento da produção científica, os autores utilizaram como fonte a base de dados InCites, que fornece informações sobre a produção científica de países, instituições e autores das diversas áreas do conhecimento, utilizando o esquema de áreas da Web of Science (WoS). Para tal, empregaram quatro indicadores disponíveis na Base InCites: número de documentos, impacto dos artigos, Índice Relativo de Citações por Área (IRCA) e porcentagem de colaboração internacional.

Segundo Haeffner, Zanotto e Guimarães (2021), para a qualificação das universidades brasileiras como Universidades de Classe Mundial (World Class Universities - WCUs), o primeiro passo seria a busca por um adequado nível de internacionalização, o que seria facilitado pela existência de programas de pós-graduação de excelência. Para esses autores, um projeto de internacionalização da universidade brasileira deve ser cuidadosamente elaborado, tendo como objetivo a qualificação paulatina das instituições, com vistas a alcançar o êxito na formação das primeiras WCUs brasileiras. No entanto, os autores acreditam que um avanço nesse grande e inadiável desafio poderia ser facilitado pelo envolvimento e inclusão dos programas de pós-graduação mais qualificados, que já apresentam um bom grau de internacionalização, e pela promoção do melhor desempenho desses mesmos cursos. Ressaltam que as ações na direção de melhor explorar oportunidades de cooperação internacional devem visar à promoção do melhor desempenho das universidades, de modo a evitar o risco de o Brasil atuar de forma subserviente, situação comum na grande maioria dos países menos desenvolvidos, conforme apontado por Zanotto, Haefner e Guimarães (2016).

Ademais, Haeffner, Zanotto e Guimarães (2021) argumentam que o formato de cooperação



internacional exige a implementação de iniciativas bem mais profundas e abrangentes do que as usualmente adotadas no Brasil pelo sistema de fomento, centrado unicamente na concessão de bolsas de estudo oferecidas na modalidade demanda-balcão e, ainda, nos programas como Ciência sem Fronteiras ou Programa Institucional de Internacionalização (PRINT/CAPES) para formação no exterior.

Diante disso, os autores defendem a necessidade de oferecer financiamento substancial a projetos de pesquisa conjuntos entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros, na perspectiva de uma verdadeira cooperação internacional, com o objetivo de desenvolver a pesquisa colaborativa por meio de apoio financeiro específico, promovendo interações científicas e tecnológicas compartilhadas.

Os artigos selecionados que abordam a experiência das Instituições de Ensino Superior em relação à internacionalização, de autoria de Neves e Barbosa (2020), Wassem e Ferreira (2020), Haeffner, Zanotto e Guimarães (2021), Baranzeli, Morosini e Woicolesco (2020), Wassem e Ferreira (2020), Knobel, Leal e Prolo (2020) e Pessoni e Pessoni (2021), demonstram grande preocupação com a identificação dos desafios e a necessidade de políticas mais estruturadas e eficazes para promover a internacionalização das universidades brasileiras, garantindo que os investimentos gerem benefícios tangíveis para os estudantes e a sociedade. Tendo em vista os objetivos de cada estudo, os resultados revelam que a internacionalização no Brasil ainda está em fase inicial, com baixa proatividade das Instituições de Ensino Superior no desenvolvimento de políticas internas. O texto também aponta a falta de estratégias organizacionais para o aproveitamento das competências adquiridas por estudantes em programas de mobilidade internacional. Além disso, os autores destacam a importância de um planejamento estratégico para a internacionalização, visando à qualificação das universidades como World Class Universities (WCUs). Nesse sentido, criticam o modelo de internacionalização do governo federal, enfatizando a necessidade de preservar a autonomia universitária e evitar pressões por autofinanciamento. Ainda de acordo com os autores, a discussão dos aspectos positivos e negativos da internacionalização é fundamental. Eles criticam a política passiva de mobilidade e o investimento mal direcionado em períodos anteriores, sugerindo a necessidade de financiamento substancial para projetos de pesquisa conjuntos, como forma de promover uma verdadeira cooperação internacional.

De um lado, os autores supracitados defendem a implementação de ações profundas e abrangentes para promover a cooperação internacional, que ultrapassam a mera concessão de bolsas de estudo. Ressaltam, ainda, a necessidade de garantir que os investimentos em programas de intercâmbio beneficiem diretamente os alunos e resultem em retorno de conhecimento. Do outro lado, os autores destacam a necessidade de políticas mais eficazes e estratégicas para a internacionalização, criticando a abordagem atual e sugerindo melhorias.

Os estudos sobre a internacionalização das Instituições de Ensino Superior no Brasil revelam um cenário incipiente, com baixa proatividade das instituições no desenvolvimento de políticas internas eficazes para mobilidade e cooperação internacional. Observa-se a falta de estratégias organizacionais e a carência de infraestrutura para que os estudantes compartilhem suas experiências internacionais. A análise das iniciativas da UFES, como a criação de uma Secretaria de Relações Internacionais e a participação no Programa PrInt da CAPES, demonstra alguns avanços na área. A qualificação das universidades brasileiras como World Class Universities (WCU) é defendida por meio de um adequado nível de internacionalização, com financiamento substancial para projetos de pesquisa conjuntos. Nesse sentido, critica-se a política passiva e os investimentos mal direcionados



em períodos anteriores. Ressalta-se, portanto, a necessidade de ações estratégicas e abrangentes para uma internacionalização eficaz que beneficie diretamente alunos e sociedade.

POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Knobel, Leal e Prolo (2020), movidos pelo interesse em pesquisar a internacionalização, buscaram analisar os desenvolvimentos recentes da internacionalização da Educação Superior brasileira, tomando como base os principais programas governamentais direcionados ao fomento desse processo entre 2011 e 2028. O texto elaborado por esses autores se fundamentou na combinação de recursos bibliográficos e documentais, abrangendo uma revisão da literatura publicada sobre os programas, bem como notícias, declarações e relatórios veiculados a seu respeito. Knobel, Leal e Prolo (2020) criticam o modelo de internacionalização proposto pelo governo federal às Instituições Federais de Ensino Superior por meio do programa "Future-se". Eles destacam três aspectos preocupantes: o comprometimento da autonomia administrativa das universidades, a interferência de órgãos externos à vida acadêmica das instituições e a pressão pelo autofinanciamento decorrente da diversificação das fontes de financiamento.

Outra crítica à problemática da internacionalização das Instituições de Ensino Superior do Brasil é apresentada na pesquisa de Pessoni e Pessoni (2021). Com o objetivo de contribuir para a discussão dos aspectos positivos e negativos da internacionalização, das contradições que esse tema suscita e das suas implicações para as universidades, os autores analisaram dados de relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A partir dessa análise, os autores constataram que o Brasil vem adotando uma política de internacionalização predominantemente passiva. O investimento está concentrado na mobilidade de docentes e discentes para o exterior, em detrimento da recepção de estudantes e pesquisadores estrangeiros. Essa ênfase na mobilidade externa gera diversas consequências. Em primeiro lugar, há um aumento da pressão para a diferenciação no mercado de trabalho, agora revestido pela globalização. Estudantes e profissionais precisam ter experiência internacional e, de preferência, um diploma de uma universidade estrangeira para se destacar

Para Pessoni e Pessoni (2021), as administrações anteriores beneficiaram, de forma direta, instituições internacionais com o investimento em políticas de financiamento para alunos no exterior, sem a devida contrapartida por parte dos discentes naquela época. Segundo esses autores, gastou-se muito e mal, e o investimento, que se tornou quase nulo no governo do período, se tornou mais grave com a pandemia da Covid-19, indicando que o fosso entre aqueles que podiam estudar no exterior e os que não podiam tenderia a ser ainda mais ampliado.

As instituições de Educação Superior, segundo Pessoni e Pessoni (2021), precisam estar atentas para não se orientarem apenas pelas demandas de mercado presentes nas políticas de internacionalização, permitindo que o ensino e a pesquisa cedam espaço aos interesses econômicos em detrimento de uma formação mais humanista, democrática e ética. Para tanto, os autores defendem que os recursos públicos destinados a programas de intercâmbio sejam mantidos, mas que seja verificado se os alunos são os principais beneficiados e se, após capacitarem-se em outros países, retornam à sociedade que os financia por meio de impostos, contribuindo com o conhecimento adquirido.



Morosini (2021) procurou apresentar um panorama da internacionalização da Educação Superior no Brasil no século XXI, onde apontou desafios para uma perspectiva de internacionalização no sul global. A metodologia utilizada por ela foi qualitativa com base em documentos oficiais e produção em repositórios nacionais e internacionais, que a levou a identificar a internacionalização como critério de qualidade; forte presença do conceito de internacionalização como mobilidade presencial; carência de políticas para a implementação da internacionalização na graduação e, na pós-graduação, restrita a poucas instituições e não ao sistema; acanhada tendência a um modelo de internacionalização integral na instituição em direção a países do global norte; virtualização da internacionalização; e, desafios de uma internacionalização como integração universitária.

No mesmo diapasão, Costa, Costa e Yamamoto (2021) concentraram-se em identificar as concepções e os direcionamentos conferidos à internacionalização da pós-graduação pela política científica brasileira. Para tanto, os autores analisaram o conteúdo de 10 documentos da política científica brasileira que apresentam as principais diretrizes para o desenvolvimento do setor. Realizaram, também, uma pesquisa documental com foco em documentos oficiais que reúnem as principais reflexões e diretrizes voltadas para a política científica brasileira. Para a seleção dos documentos, adotaram dois tipos de recortes: Temático - os materiais deveriam abordar a internacionalização; Temporal - documentos vigentes a partir do ano de 2005, visto que a internacionalização passou a compor parte dos objetivos centrais para a pós-graduação brasileira a partir do Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. Costa, Costa e Yamamoto (2021) selecionaram os documentos em função de sua pertinência para a política científica. Desse modo, escolheram 10 documentos: os PNPGs de 2005-2010 e 2011-2020; Os três documentos de acompanhamentos do PNPG 2011-2020 (BRASIL, 2013, 2017, 2018); Os livros da 3ª e 4ª Conferência Nacional de Ciências e Tecnologia (CNCTI); As estratégias nacionais de Ciência e Tecnologia (ENCTI) 2012-2015 e 2016-2022 (BRASIL, 2012, 2016).

Costa, Costa e Yamamoto (2021) realizaram o levantamento dos documentos entre junho de 2017 e dezembro de 2019. A coleta de dados foi realizada nos sites da CAPES e do Portal do Livro Aberto do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT). A análise do material coletado pelos autores concentrou-se em seu conteúdo. Ao final do estudo, Costa, Costa e Yamamoto (2021) constataram que a internacionalização era abordada nos documentos como um meio predominantemente direcionado ao mercado, como sinônimo de qualidade e instrumento de exclusão no acesso ao financiamento por parte dos programas de pós-graduação (PPGs). Tais pontos impactam o desenvolvimento dos PPGs e da ciência que é produzida, limitando sua capacidade de contribuir para responder às reais necessidades da população em geral. Diante disso, os autores argumentam que qualquer tentativa de internacionalização que vise contribuir para o desenvolvimento científico e social exige um reposicionamento global quanto ao papel social da ciência, que deve estar alinhado a uma perspectiva de transformação social.

No mesmo ano de 2021, Araújo e Fernandes (2021) realizaram outra pesquisa com o objetivo de analisar a política de internacionalização da pós-graduação no Brasil, induzida pela CAPES por meio de editais no período de 2005 a 2018. Para tal, os autores realizaram a análise documental e a elaboração de séries estatísticas de dados disponibilizados em sites da CAPES. Essa metodologia lhes permitiu concluir que a internacionalização da pós-graduação é compreendida como uma estratégia para o desenvolvimento do país e que os editais estimulam a concorrência internacional entre pesquisadores, em claro alinhamento aos objetivos da globalização.



Na mesma linha de raciocínio, Feijó e Trindade (2021) investigaram a construção da política de internacionalização da pós-graduação brasileira. Para tanto, os autores analisaram os Boletins Informativos da CAPES (InfoCapes) publicados entre 1994 e 2002, bem como os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) de 1975 a 2021. Ao examinarem o material levantado, os autores observaram que a internacionalização da pós-graduação brasileira foi se consolidando gradativamente, desde a sua criação, até se tornar uma política pública oficial no PNPG 2011-2020. Nesse sentido, os autores argumentam que a questão internacional está presente nos documentos analisados principalmente atrelada à excelência acadêmica. Isso se evidencia na ênfase dada pela CAPES em verificar se os programas de pós-graduação mais bem avaliados poderiam ser comparáveis a programas internacionais. Tal esforço incluía a participação de consultores estrangeiros nas avaliações da pós-graduação brasileira durante a década de 1990 e início dos anos 2000.

Ciprian e Heizle (2023) apresentam uma discussão de internacionalização voltada para a cooperação Sul-Sul. Os dois autores focaram-se em analisar o perfil das temáticas das produções científicas relacionadas à internacionalização da Educação Superior em contextos emergentes mediante revisão sistemática da literatura, que correu por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do painel de informações quantitativas do catálogo de teses e dissertações no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O mapeamento da produção científica possibilitou-lhes identificar o total de 135 trabalhos, divididos em 47 teses e 88 dissertações publicadas durante o período de 2017-2022, tendo utilizado, para a busca, os descritores "internacionalização da educação superior", "contextos emergentes" e "sul global" para área da Educação. Do total de trabalhos identificados, Ciprian e Heizle (2023) selecionaram oito teses e três dissertações, que tratam especificamente da temática.

Após a análise realizada, Ciprian e Heizle (2023) identificaram quatro principais temáticas: Políticas Públicas; interculturalidade, multiculturalidade; questões Socioeconômicas; e Avaliação da qualidade. Esses aspectos integraram as discussões de Internacionalização voltadas à cooperação Sul-Sul, visando à formação integral do sujeito, com Perspectivas Epistemológicas Decoloniais.

Flores, Costa e Fontolan (2023) preocuparam-se em apresentar e discutir como o percurso da pós-graduação e da internacionalização ao longo do tempo contribui para o debate sobre os impactos, benefícios e gargalos do doutorado pleno e sanduíche no exterior. A metodologia utilizada pelos pesquisadores foi uma sistematização histórica, o que lhes permitiu concluir que a falta de sistematização completa de dados sobre a efetividade das duas formas de fomento para o avanço da produção do conhecimento no Brasil dificulta uma análise mais profunda do impacto dos tipos de financiamento existentes, assim como informar melhor as políticas públicas que visam o desenvolvimento da ciência nacional.

Macedo (2022) ao estudar a internacionalização da Educação Superior e cooperação educacional, objetivou discutir a política de cooperação internacional materializada nos documentos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e na fala de estudantes, tomando-a como uma política de internacionalização da Educação Superior no Brasil. A metodologia utilizada por ele envolveu análise de documentos oficiais do programa e 14 entrevistas com estudantes de 10 países. A produção de dados envolveu o trabalho de pesquisa qualitativa a partir de diferentes fontes, desde as oficiais, disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores, até as entrevistas com estudantes. Os dados oficiais incluíram a análise do Decreto 7.948/2013 promulgado no Governo de Dilma Rousseff, um conjunto de dados quantitativos enviados pelo Ministério das Relações Exteriores



e o edital de seleção do ano 2019. Realizou 14 entrevistas semiestruturadas com alunos de 10 países vinculados a diferentes cursos de duas instituições federais em Minas Gerais, oriundos dos três continentes: África, América Latina e Ásia, o que lhe permitiu notar a existência de grandes desafios a serem superados, especialmente no que se refere ao racismo enfrentado por estudantes africanos. Entretanto, segundo Macedo (2022), na avaliação dos estudantes, a experiência de se graduar em universidades brasileiras por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) foi muito positiva.

Esta perspectiva também se observa na pesquisa de Heizle e Pereira (2023), quando analisaram as políticas de internacionalização e os Planos de Desenvolvimento Institucional de nove universidades fundacionais de Santa Catarina, Brasil. Os autores realizaram a pesquisa documental, na qual identificaram a missão institucional, assim como metas e estratégias de internacionalização, à luz de quatro tipos de ação: produção intelectual, intercâmbio científico-cultural, internacionalização do currículo e internacionalização integral. Adotando uma abordagem qualitativa, estruturaram a pesquisa com base no método compreensivo weberiano, a partir da análise de documentos de arquivos públicos disponíveis na página eletrônica do Ministério da Educação (MEC), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e das universidades fundacionais do Estado de Santa Catarina selecionadas para o estudo.

Heizle e Pereira (2023) dedicaram a primeira etapa da pesquisa à leitura do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 e do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) 2017. Esses documentos contribuíram para a compreensão das políticas educacionais de âmbito nacional e para o reconhecimento de alguns indicadores de internacionalização, assim como dos diversos elencados para a Educação Superior. Já na segunda etapa, os autores voltaram seu olhar investigativo para o contexto das Instituições de Educação Superior catarinenses. Optaram por analisar as instituições que se configuravam como universidades mantidas por fundações educacionais e criadas por lei dos poderes públicos estaduais e municipais, com similaridade jurídica (instituições públicas de direito privado) e propositivas (promoção de ações comunitárias), as quais integram a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), cuja origem remonta a 1974.

De acordo com Heizle e Pereira (2023), das 15 fundações educacionais iniciais, a Acafe evoluiu para configurar, em 2018, um conjunto de 16 instituições, sendo 11 universidades e 5 centros universitários. Dentre essas 11 universidades, os autores destacam que duas não integraram o estudo: a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), por ser a única instituição pública de direito público entre as filiadas à Acafe, e a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), que, em 2019, foi vendida para a empresa Ânima Educação e passou a se caracterizar como instituição privada.

O estudo de Heizle e Pereira (2023) revela que, embora as universidades fundacionais de Santa Catarina apresentem uma incipiente expansão nas políticas de internacionalização, ainda falta uma concepção clara e abrangente do que significa se internacionalizar. As instituições priorizam estratégias de ação voltadas ao intercâmbio acadêmico-científico, mas há espaço para o desenvolvimento de iniciativas mais amplas e inovadoras, que explorem as diversas dimensões da internacionalização do ensino superior.

Os estudos dos autores analisados nesta categoria demonstram que a internacionalização da Educação Superior no Brasil enfrenta diversos desafios e críticas. É necessário repensar o modelo

atual, buscando uma abordagem mais crítica, reflexiva e atenta às necessidades reais da sociedade brasileira e do contexto global em que se insere. A cooperação Sul-Sul, a integração curricular e a superação das desigualdades são alguns dos pontos que devem ser priorizados na construção de uma internacionalização mais justa e efetiva.

INCLUSÃO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Outros estudos realizados neste âmbito preocuparam-se com a inclusão social e seus desafios no processo de internacionalização nas Instituições de Ensino Superior. Nesse sentido, Sousa e Fusa (2021) analisaram os discursos acadêmico-científicos voltados à internacionalização dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), por meio de textos normativos das instituições oficiais financiadoras de pesquisa e da percepção dos coordenadores de PPG da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Para alcançar os objetivos da pesquisa, os autores optaram por uma abordagem metodológica qualitativa-quantitativa de cunho interpretativista. Essa abordagem envolveu a utilização de procedimentos investigativos de base documental, complementados por dados provenientes da aplicação de questionários aos PPGs da UFT. Além da análise dos discursos, Sousa e Fusa (2021) também examinaram: O Regimento dos PPGs acadêmicos *stricto sensu* da UFT; O regimento da pós-graduação e outros documentos da Propesq-UFT que orientam os PPGs da instituição; O relatório da última avaliação (2017) dos PPGs pela Capes; As páginas eletrônicas oficiais dos PPGs da UFT, conhecidas como mini-sites; Os programas das disciplinas dos PPGs da UFT; Documentos das agências de fomento que tratam sobre internacionalização (ex.: editais, relatórios).

A análise de Sousa e Fusa (2021) identificou indícios de letramento autônomo nas práticas de internacionalização dos PPGs, caracterizado pela concepção da escrita adequada a padrões preestabelecidos. Os autores verificaram na UFT um processo de aprimoramento das ações de internacionalização, mas os PPGs não alcançaram o conceito de excelência internacional na avaliação da Capes, o que pode estar relacionado à juventude da instituição. De fato, para obter reconhecimento internacional, é necessário implementar ações mais abrangentes e periódicas, características da diversificação acadêmica. Portanto, os autores concluíram que o processo de internacionalização dos PPGs estava mais direcionado ao letramento autônomo, evidenciado pelas práticas voltadas à escrita padronizada.

Corte, Morosini e Felicetti (2022) concentraram seu estudo na análise dos movimentos e contextos emergentes relacionados à internacionalização da Educação Superior na perspectiva Sul-Sul em tempos pandêmicos, com foco na internacionalização em casa (IaH) e nos estudantes. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, constituída por uma pesquisa exploratório-interpretativa com aplicação de questionários online a coordenadores de Programas de Pós-Graduação (PPGs) da região Sul do Brasil. Ao final da pesquisa, os autores concluíram que a internacionalização pode e deve se valer de artefatos tecnológicos digitais. Essa ideia, embora não seja recente, precisa ser mais aceita e difundida entre e pelos PPGs, independentemente de sua localização em diferentes países e blocos econômicos, mas com especial atenção ao contexto nacional. Assim, a internacionalização em casa, no currículo e com o exterior se configura como uma estratégia promissora.

Em suma, os estudos de Neves e Barbosa (2020), Wassem e Ferreira (2020), Haeffner, Zanotto e Guimarães (2021), Baranzeli, Morosini e Woicolesco (2020), Wessem e Ferreira (2020), Knobel, Leal e Prolo (2020) e Pessoni e Pessoni (2021) convergem na identificação da internacionalização



como uma área crítica para o desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Esses autores criticam a abordagem passiva, as políticas governamentais inadequadas em relação à internacionalização e a necessidade de preservar a autonomia universitária e evitar pressões econômicas excessivas que podem comprometer a qualidade do ensino e da pesquisa.

Os artigos que analisam a internacionalização como critério de qualidade, estudados por Morosini (2021), Costa, Costa e Yamamoto (2021) e Feijó e Trindade (2021), identificaram a internacionalização como um critério de qualidade e destacaram a carência de políticas específicas para a graduação e pós-graduação. Além disso, apontaram desafios na integração universitária e na virtualização da internacionalização. Os autores ressaltam que a internacionalização é predominantemente direcionada ao mercado, servindo como sinônimo de qualidade e instrumento de exclusão, o que impacta negativamente o desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação e leva à comparação indevida entre PPGs brasileiros e internacionais.

Sobre políticas e estratégias de internacionalização, Araújo e Fernandes (2021), Ciprian e Heizle (2023) e Flores, Costa e Fontolan (2023) destacam a necessidade de políticas mais estruturadas, inclusivas e eficazes para promover a internacionalização das universidades brasileiras. Os autores compartilham a visão de que a internacionalização deve ir além da mobilidade e incluir uma cooperação genuína que beneficie a comunidade acadêmica e toda a sociedade.

Os estudos de Sousa e Fusa (2021), Macedo (2022), Corte, Morosini e Felicetti (2022) e Heizle e Pereira (2023) convergem para a identificação de desafios à internacionalização das Instituições de Ensino Superior brasileiras, enfatizando a necessidade de políticas institucionais claras e bem estruturadas. Sousa e Fusa, assim como Heizle e Pereira, destacam a ausência de uma concepção definida de internacionalização, enquanto Macedo aponta para obstáculos sociais, como o racismo enfrentado por estudantes africanos. Utilizando metodologias qualitativas para analisar documentos e entrevistas, todos os autores evidenciam a importância de políticas inclusivas e cooperativas. Corte, Morosini e Felicetti, junto a Heizle e Pereira, ressaltam a relevância das tecnologias digitais, especialmente em tempos de pandemia, para promover a internacionalização em âmbito nacional. Esses estudos sublinham a necessidade de estratégias abrangentes e periódicas para alcançar o reconhecimento internacional, além de fomentar uma maior cooperação educacional e inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como a internacionalização da Educação Superior é abordada em Angola e no Brasil, com base em artigos publicados no Portal Pensador de Revistas Eletrônicas Angolanas e nas primeiras 10 páginas do Google Acadêmico, acessados em 1º de maio de 2024, utilizando a palavra-chave “Internacionalização da Educação Superior”. Dos artigos selecionados que tratam da internacionalização da Educação Superior, os temas de pesquisa mais frequentes foram as políticas de internacionalização, as estratégias organizacionais e as diretrizes da política científica brasileira relacionadas à internacionalização. A metodologia predominantemente utilizada foi a abordagem qualitativa, com análise documental e entrevistas, seguida de técnicas específicas de análise textual e de conteúdo.

Os artigos analisados convergem para a necessidade de uma abordagem mais estruturada e abrangente da internacionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Esses



estudos destacam a importância de políticas claras e de estratégias organizacionais para efetivar a internacionalização, além de evidenciarem a preocupação com a inclusão social e o enfrentamento de desafios como o racismo. A cooperação internacional mais equitativa e voltada para o desenvolvimento científico e social é vista como essencial para o alcance da qualidade nas IES brasileiras. Os autores concordam que a internacionalização é fundamental para o aprimoramento da qualidade das IES brasileiras, mas ressaltam a necessidade de esforços conjuntos para superar obstáculos e promover uma abordagem mais holística e transformadora da internacionalização.

A pesquisa evidencia a escassez de políticas institucionais eficientes para promover a internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, com o objetivo de gerar benefícios tanto para os estudantes quanto para a sociedade em geral. Os estudos identificam diversos obstáculos, como a falta de estratégias para otimizar as competências adquiridas durante a mobilidade internacional e a carência de um planejamento estratégico direcionado à elevação das universidades ao status de World Class Universities. Há críticas à abordagem passiva e às políticas governamentais consideradas inadequadas, com ênfase na importância da autonomia universitária. A internacionalização é destacada como um indicador de qualidade, e ressalta-se a necessidade de políticas mais inclusivas e eficazes. Os estudos convergem na identificação de desafios e sublinham a importância de estratégias abrangentes para alcançar o reconhecimento internacional, fomentar uma cooperação educacional sólida e promover a inclusão social no âmbito acadêmico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L.; FERNANDES, R. Política de internacionalização da pós-graduação no Brasil: análise dos editais da Capes no período de 2005 a 2018. **Revista de Políticas Educacionais**, v. 29, n. 1, p. 55-70, 2021.

BARTELL, M. Internationalization of universities: A university culture-based framework. **Higher Education**, v. 45, n. 1, p. 43-70, 2003. doi:10.1023/A:1021225514599.

BARANZELI, C.; MOROSINI, M. C.; WOICOLESKO, M. A experiência de estudantes brasileiros que realizaram mobilidade no contexto local de suas instituições de origem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 4, p. 123-135, 2020.

CIPRIAN, A.; HEIZLE, M. Internacionalização da Educação Superior em contextos emergentes: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, n. 3, p. 75-88, 2023.

COSTA, P.; COSTA, M.; YAMAMOTO, M. Internacionalização da pós-graduação pela política científica brasileira: análise de documentos. **Revista de Educação Superior**, v. 37, n. 2, p. 90-105, 2021.

CORTE, B.; MOROSINI, M.; FELICETTI, L. Internacionalização da Educação Superior na perspectiva sul-sul em tempos pandêmicos: análise dos movimentos e contextos emergentes. *Revista Sul-Americana de Educação Superior*, v. 8, n. 2, p. 45-60, 2022.

Felicetti, Vera Lucia; Veiga, Célia de Fátima Rosa da. **Internacionalização da Educação Básica e Cidadania Global**. In: Morosini, Marília Costa; Woicolesco, Vanessa Gabrielle; Marcelino, Jocelia Martins [Orgs.] *Internacionalização na Educação Básica e Superior: conexões necessárias*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024

FEIJÓ, S.; TRINDADE, M. Construção da política de internacionalização da pós-graduação brasileira: análise dos Boletins Informativos da Capes e dos PNPGEs. **Revista de Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 4, p. 78-94, 2021.

FLORES, A.; COSTA, L.; FONTOLAN, P. Impactos do doutorado pleno e sanduíche no exterior: uma





análise histórica. **Revista de Pesquisa em Educação**, v. 35, n. 2, p. 123-137, 2023.

GREEN, M. F.; BAER, M. Global learning and the making of citizen diplomats. Association of American Colleges and Universities, 2001. Disponível em: <<https://www.aacu.org/publications-research/periodicals/global-learning-and-making-citizen-diplomats>>. Acesso em: 28 maio 2024.

HAEFFNER, L.; ZANOTTO, E.; GUIMÃES, R. Desafios e perspectivas na busca pelo padrão de universidade de classe mundial: análise mista de dados. **Revista de Educação Superior**, v. 36, n. 1, p. 45-68, 2021.

HEIZLE, M.; PEREIRA, J. Políticas de internacionalização e Planos de Desenvolvimento Institucional nas universidades fundacionais de Santa Catarina. **Revista Catarinense de Educação Superior**, v. 20, n. 1, p. 45-62, 2023.

KNOBEL, M.; LEAL, F.; PROLO, R. Desenvolvimentos recentes da internacionalização da educação superior brasileira: uma análise crítica. **Revista de Políticas Educacionais**, v. 30, n. 3, p. 112-130, 2020.

MARGINSON, S.; RHOADES, G. Beyond national states, markets, and systems of higher education: A glonacal agency heuristic. *igher Education*, v. 43, n. 3, p. 281-309, 2002.

MACEDO, J. Internacionalização do ensino superior e cooperação educacional: uma análise da política de cooperação internacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política Educacional**, v. 31, n. 2, p. 99-114, 2022.

MOROSINI, M. Panorama da internacionalização da educação superior no Brasil no século XXI. **Revista de Educação e Cultura**, v. 27, n. 3, p. 132-145, 2021.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**, n. 28, pp. 107-124, 2006.

NEVES, M.; BARBOSA, A. A experiência das Instituições de Educação Superior e das agências de fomento no Brasil com relação ao fenômeno internacionalização. **Revista de Políticas Educacionais**, v. 30, n. 2, p. 78-93, 2020.

OLIVEIRA, M. A internacionalização universitária e a disseminação do conhecimento local. **Revista de Educação Superior**, v. 35, n. 2, p. 45-58, 2019.

PESSONI, J.; PESSONI, L. Aspectos positivos e negativos da internacionalização das Instituições de Educação Superior do Brasil. **Revista de Políticas Educacionais**, v. 32, n. 1, p. 65-82, 2021.

SANTOS, P. A identidade acadêmica e a colaboração nacional através de publicações locais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 169, p. 125-140, 2018.

SILVA, J.; SOUZA, R.; OLIVEIRA, L. A importância da publicação em periódicos locais para a visibilidade da pesquisa nacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 4, p. 123-135, 2020.

SOUSA, A. O alcance internacional da pesquisa angolana através de publicações locais. **Revista Angolana de Ciências**, v. 12, n. 1, p. 78-91, 2021.

SOUSA, A.; FUSA, J. Práticas de internacionalização e letramento autônomo nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins (UFT): uma análise documental. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 10, n. 3, p. 78-93, 2021.

WASSEM, F.; FERREIRA, M. Análise da internacionalização nos documentos institucionais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). **Revista de Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 3, p. 101-115, 2020.

CONTRAPONTO

